

RESPOSTA DO BLOCO DE ESQUERDA

AO QUESTIONÁRIO DA ASSOCIAÇÃO REPÚBLICA E LAICIDADE

1. Os valores republicanos, laicos e humanistas são estruturantes da acção da vossa força política? Que questões consideram prioritárias para, na próxima legislatura, aprofundar a liberdade individual e a igualdade dos cidadãos, tomando como referência a cidadania republicana num Estado desejavelmente mais laico, e uma sociedade futura sem distinções entre cidadãos por critérios de religião, etnia ou «raça», particularmente num momento em que muito imigrantes residem em Portugal?

A República é igualdade de todos sem distinções de carteira, de geografia, de cor da pele ou de crenças. O Bloco de Esquerda é um partido assumidamente comprometido com este entendimento da democracia republicana. Há dois planos principais em que o programa eleitoral do Bloco de Esquerda traduz esse compromisso. O primeiro é a centralidade que conferimos ao robustecimento dos serviços públicos. Além do reforço do SNS e da escola pública, o Bloco traz para estas eleições as propostas de criação de um Serviço Nacional de Cuidados – que permita uma universalidade efetiva do acesso a cuidados, designadamente na infância e na velhice – e de um Serviço Nacional de Justiça, centrado sobre o acesso efetivo ao bem público Justiça sem distinção de fortuna e de poder social. O segundo plano é o da luta contra as discriminações e à diminuição dos direitos que elas impõem. A democracia republicana exige políticas que combinem a igualdade com a valorização da diferença em matéria de diversidade étnica, em matéria de género, em matéria de opção sexual, em matéria de diferentes capacidades funcionais, etc. O programa eleitoral do Bloco inclui propostas fortes para cada um destes campos, na perspectiva da erradicação das discriminações.

2. São favoráveis à revogação da Concordata (que não confere direitos, atribui privilégios) e à revisão da Lei da Liberdade Religiosa de forma a que esta seja plenamente aplicável à igreja católica, progredindo portanto para a igualdade de tratamento das várias comunidades de convicção?

A Concordata é a expressão de um tempo de hegemonia da religião católica no plano dos cultos religiosos em Portugal e de uma relação entre o Estado e a Igreja Católica pautada por esse princípio de diferenciação. O nosso tempo já não é esse e a Lei da Liberdade Religiosa tem precisamente o sentido de acolher uma realidade de diversidade sem hegemonia. Deve, pois, ser uma lei norteadada pelo princípio da laicidade do Estado e pela igualdade entre os vários credos religiosos que deve ser o pilar da regulação das relações entre o Estado e as diferentes confissões.

3. Concordam com o fim da educação religiosa na escola pública, que neste momento permite inclusivamente que os professores da maior confissão religiosa ascendam a posições executivas nos agrupamentos escolares, e que segrega alunos por religião num espaço - o da escola pública - que deveria ser inclusivo?

O conhecimento do fenómeno religioso enquanto realidade social e culturalmente relevante e das diferentes matrizes religiosas enquanto elementos de conformação de culturas e de práticas sociais devem ocupar um lugar na formação escolar. Outra coisa é um ensino de natureza confessional, para mais seletivo, que é algo que colide frontalmente com o princípio da laicidade do Estado (e da escola pública, por inerência). O Bloco de Esquerda é inequivocamente contra este desvirtuamento da democracia republicana.

4. Defendem a revogação do n.º5 do artigo 135 do Código do Processo Penal, que coloca o segredo religioso acima do sigilo das profissões laicas, e também a revogação do artigo 5.º da Concordata, que estipula que os «eclesiásticos não podem ser perguntados pelos magistrados ou outras autoridades sobre factos e coisas de que tenham tido conhecimento por motivo do seu ministério»?

Trata-se de uma matéria que o Bloco entende decorrer diretamente da posição acima enunciada relativamente à Concordata. Por razões de coerência com o ali referido, a resposta a esta questão é naturalmente afirmativa.

5. São favoráveis ao fim da realização de cerimónias religiosas em instituições estatais (escolas e universidades, entre outras)?

A pretexto de um suposto respeito pelas “tradições” ou pela “identidade cultural” do país, essas cerimónias religiosas são, por regra, expressões de nostalgia por um tempo de tutela religiosa do Estado e das instituições públicas. Uma saudável laicidade passa por denunciar o carácter datado e construído dessas práticas, autonomizando o Estado de quaisquer tutelas.

6. São favoráveis a que não denunciar o crime de abuso sexual de menores passe a ser crime para pessoas com responsabilidades, mesmo que temporárias, no cuidado de menores, nomeadamente funcionários de organizações de assistência social e sacerdotes de comunidades religiosas?

A denúncia da prática de crimes de abuso sexual de menores é uma obrigação ética e legal. Obrigação reforçada para todos quantos tenham responsabilidades de guarda desses menores, seja em instituições públicas ou de qualquer outra natureza. Deve, por isso, a violação dessa obrigação e o encobrimento consciente e deliberado dessas práticas criminais ser tratado de forma que exprima a máxima reprovação social a esse respeito.

7. A liberdade de expressão é um pilar das sociedades abertas e democráticas, contestado de formas diversas por fundamentalismos religiosos e políticos. Defendem a revogação dos artigos do Código Penal português que podem ser usados para criminalizar a blasfémia (nomeadamente o nº1 do artigo 251 e o nº2 do artigo 252)?

Uma democracia republicana sólida deve cuidar da prevalência da liberdade de expressão e opinião e de não permitir que códigos morais sempre datados se sobreponham a essa liberdade essencial. Ao mesmo tempo, a estima pela diversidade exige a defesa das

minorias contra usos ardilosos da lei – e da lei penal em especial – por uma extrema direita apostada em perseguir minorias e em criar alarme social em torno da diversidade étnica e religiosa. Devemos, pois, atentar devidamente em que a extrema direita não se coibirá de usar a lei e de invocar mesmo a laicidade do Estado para criar dispositivos de agressão a comunidades culturais e religiosas estranhas ao nativismo reacionário das identidades únicas. O Bloco de Esquerda combaterá firmemente todos esses estratagemas e bater-se-á pela liberdade e pela dignidade de todos.

8. A Lei n.º 22/2023, de 25 de maio, foi aprovada há já dois anos e continua sem regulamentação. Defendem que o próximo governo regule finalmente esta lei?

Sim. Temos defendendo a urgência desta regulamentação que está pendente da vontade e da decisão dos governos.